

Onda conservadora e telejornalismo: um estudo dos comentários no Jornal da Cultura 2ª Edição

Conservative wave and TV journalism: a study of the comments in the Jornal da Cultura 2nd Edition

Gabriela Inglez de Souza DUARTE¹
Carlos Alberto ZANOTTI²

Resumo

O objetivo deste trabalho é registrar o impacto da chamada “onda conservadora”, configurada no processo eleitoral de 2018, nas análises dos comentaristas do *Jornal da Cultura 2ª Edição*, da TV Cultura de São Paulo. Além de recorrer à pesquisa bibliográfica e documental, o método adotado incluiu a análise textual discursiva de comentários recolhidos nos meses de abril de 2018 e abril de 2019. O programa telejornalístico, levado ao ar em rede nacional, caracteriza-se por manter, a cada dia da semana, uma diferente dupla de comentaristas para analisar as notícias de sua pauta de cobertura. A pesquisa apurou que, em 2019, diferentemente do ano anterior, a produção passou a contar comentários fazendo a defesa do porte de armas, da censura prévia e de valores familiares tradicionais, entre outras consideradas do campo conservador.

Palavras-chave: Conservadorismo. Telejornalismo. TV Cultura. Mídia e Sociedade.

Abstract

The aim of this paper is to record the impact of the so-called “conservative wave”, which has emerged from the 2018 electoral process, in the analysis of the commentators of the *Jornal da Cultura 2nd Edition*, of TV Cultura de São Paulo. In addition to using bibliographic and documentary research, the method adopted included the discursive textual analysis of comments collected in April 2018 and in April 2019. The television news program, which is aired nationwide, is characterized by maintaining, at each day of the week, a different pair of commentators to analyze the news of its coverage agenda. The survey found that in 2019, unlike the previous year, the production began to include comments defending the possession of weapons, prior censorship and traditional family values, among others considered conservative.

Keywords: Conservatism. TV Journalism. TV Cultura. Media and Society.

¹ Graduanda da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, onde desenvolve iniciação científica.
E-mail: gabrielainglezduarte@gmail.com

² Doutor em Ciência da Comunicação pela ECA-USP; professor e pesquisador da Faculdade de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Artes, da PUC-Campinas.
E-mail: zanotti@puc-campinas.edu.br

Introdução

Embora o consumo de vídeos online venha crescendo acima do percentual observado para as produções da televisão aberta, conforme apontou pesquisa realizada no Brasil pela *Think With Google* (MARINHO, 2018), a televisão por acesso gratuito ainda é a principal fonte de informação para 79% dos brasileiros (BRASIL, 2016). Embora os jornais impressos sejam a mídia mais confiável para 58% deles, pelo menos 54% também confiam “muito ou sempre” nos conteúdos jornalísticos que as emissoras colocam no ar (BRASIL, 2016). Além de apontar a importância do meio no conjunto do sistema midiático, estes dados ganham relevância acadêmica à medida que, como diz Luhmann (2005, p. 15), “Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação”.

Sendo o meio mais popular, mais acessível e com acentuada carga de confiança, a televisão aberta desfruta, portanto, de um espaço privilegiado para moldar comportamentos, lançar tendências e influenciar a opinião pública. Dentro dela, o jornalismo ocupa papel de destaque, pois fornece informações que se apresentam como verdadeiras, irrigando o tecido social com dados, modelos e valores que ajudam a audiência a forjar uma visão de mundo (TUCHMAN, 2002). Quando estas informações são acompanhadas por comentários, potencializa-se o seu poder de convencimento, pois a eventual empatia com o comentarista soma-se à racionalidade dos argumentos levados ao ar.

Entre os telejornais produzidos pelas emissoras brasileiras, o *Jornal da Cultura 2ª Edição* (JC2E) chama a atenção devido à peculiaridade de seu formato. Possuindo doses equivalentes de informação e comentários, a produção se diferencia de todos os outros telejornalísticos das emissoras abertas, nos quais a carga opinativa não fica tão evidente, pois encontra-se apenas “dissimulada” nas estratégias discursivas do jornalismo (MELO, 1995).

Levado ao ar de segunda a sexta-feira, das 21h15 às 22h15, em rede nacional desde 21 de setembro de 2016, o JC2E apresenta um leque variado de coberturas, embora seja mais focado em acontecimentos nas áreas de política, economia e espetáculos. Diferentemente de seus concorrentes, dedica pouco espaço à cobertura de

temas policiais ou de acontecimentos que se enquadrem na categoria de *fait divers* – aqueles que chamam a atenção mais pela curiosidade que despertam do que por sua importância na organização do tecido social.

Em sua atual formatação, a bancada que apresenta o JC2E é composta por dois âncoras que leem notícias no *teleprompter*, chamam reportagens e, em seguida, repassam a palavra para dois comentaristas, sempre buscando ouvir o que ambos pensam sobre o tema reportado. A cada dia da semana uma diferente dupla é chamada a fazer comentários, retornando na semana seguinte. De um modo geral, os comentários são breves, mas deixam claramente evidenciados os posicionamentos dos que o fazem.

Ao que entendemos, os comentários que acompanham as notícias e reportagens do JC2E contribuem para a construção de um sistema de valores que, após as eleições de 2018, teria incorporado argumentos de viés conservador, pouco percebidos no período anterior. Em função de serem convidados pela emissora – e, portanto, autorizados a falar segundo a linha editorial do telejornal – o conjunto de comentaristas estaria hoje refletindo a diversidade de uma opinião pública marcada pela inflexão de caráter conservador que ganhou visibilidade no processo eleitoral de 2018.

A hipótese aqui esboçada parte do princípio de que nenhuma emissora aberta de televisão – pública ou privada – dispensa negociar com o grande público o viés de apresentação dos conteúdos que leva ao ar. “Se nossa sociedade é vista como uma estrutura de diferentes grupos de interesses, e se a televisão apela a uma ampla audiência, esta deve ser vista como uma mistura daqueles grupos, cada um em uma relação diferente com a ideologia dominante”, pontua Rocha (2011, p. 4-5).

Diante do exposto, este trabalho teve por objetivo apurar e debater se, e em que sentido, teria havido alguma movimentação no plantel de comentaristas e comentários no JC2E depois das eleições de 2018. Uma vez observada a mudança, buscou-se avaliar se a alteração incorporou vozes e discursos que expressam valores associados à chamada “onda conservadora” que ganhou maior visibilidade durante a campanha e após a vitória do candidato Jair Bolsonaro e de sua base de sustentação política e social.

Para responder ao problema de pesquisa aqui levantado, buscamos aporte teórico-operacional em um método híbrido de trabalho, combinando pesquisas bibliográfica e documental com análise de enunciados proferidos pelos comentaristas. A pesquisa bibliográfica, em um primeiro momento, buscou refletir sobre o papel

desempenhado pela televisão no sistema de comunicação, visando apresentar o JC2E segundo os fundamentos do jornalismo. A pesquisa documental teve por finalidade recolher dados como idade, formação e profissão do conjunto de comentaristas que compõem o plantel do telejornal, tendo sido feita a partir do rastreamento de perfis e documentos disponíveis na internet. A técnica também foi utilizada para acessar uma pesquisa de caráter qualitativo produzida pela Fundação Tide Setúbal, denominada *O conservadorismo e as questões sociais*, divulgada em junho de 2019. Em sua análise, o documento aponta a vitória de Jair Bolsonaro como sendo resultado do avanço de “uma nova direita” e vê espaço para “a emergência de tendências conservadoras na sociedade brasileira” (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019, p. 7).

A pesquisa empírica voltou-se à construção do corpus de análise em dois diferentes momentos. Foram assistidos 10 programas levados ao ar, nos dias úteis, entre 16 e 27 de abril de 2018; e outros 10, entre 15 e 26 de abril de 2019. O primeiro conjunto antecedia ao pleito; e o segundo já assimilava os primeiros reflexos da chamada “onda conservadora”.

Televisão aberta e sistema social

A exemplo de outras emissoras, a TV Cultura é parte integrante do sistema que Luhmann (2005) considera como sendo o “operador central” do sistema social (MARCONDES FILHO, 2005). Cabe a este operador comunicar aos demais sistemas e subsistemas sociais (político, educacional, religioso, jurídico...) as “irritações” – ou comunicações – que afloram de cada um deles e que sejam dotadas de interesse noticioso.

Para efeito de esquematização, Luhmann divide os conteúdos da televisão em três grandes categorias: notícias/reportagens; entretenimento e publicidade. Aos propósitos deste trabalho, notícias, reportagens e comentários serão tomados como sinônimo de jornalismo, uma atividade que – com a crescente complexificação do sistema social – se transformou em indústria, cuja principal função consiste em transformar os acontecimentos do mundo presente em informações sobre temas da atualidade.

Quando se dedica a discutir o papel que a televisão desempenha no sistema social, Dominique Wolton (1996) destaca a importância dos conteúdos e da grade de programação das emissoras “geralistas” – aquelas que se destinam a grandes públicos – como é o caso da TV Cultura. Para ele, ao reunir informação e ficção (jornalismo e entretenimento), as emissoras abertas evocam uma espécie de unidade social e cultural, sendo a grade de programação o reflexo da sequência de públicos que se deseja atingir ao longo do dia. Em relação à informação que o meio leva ao telespectador através do jornalismo, diz o autor:

[...] é aquilo que obriga o espectador a ver o mundo e a se interessar, por pouco que seja, pela marcha da história da qual ele está, a maior parte do tempo, excluído como protagonista, mas pela qual ele é responsável devido a seu status de cidadão de uma democracia de massa. (WOLTON, 1996, p. 69-70).

Como se depreende do excerto, o sociólogo francês atribui à televisão aberta o papel estratégico de fornecer ferramentas para que a audiência possa se colocar enquanto artífice, no limite de suas possibilidades, da construção do sistema de valores que sustenta a organização social e política do território que habita. Ao propor que o meio, por se dirigir a todo o mundo, fomenta a constituição de laços sociais, Wolton refuta o olhar excessivamente negativo que os críticos lançam em direção à televisão, e com ironia discorre sobre a relação que existe entre TV e sistema democrático:

De uma certa maneira, podemos dizer que a televisão de massa tem as mesmas vantagens e os mesmos inconvenientes da democracia de massa: uma igualdade sempre artificial e um sufrágio universal sobre o qual não se pode afirmar que seja usado racionalmente. (WOLTON, 1996, p. 113)

A estreita relação entre mídia e sistema político também é objeto de reflexão por parte de Steffen (2013), no texto em que o autor procura dar sentido ao neologismo “midiocracia” para designar um modelo de organização política construído numa relação quase simbiótica entre os dois sistemas. Ao ponderar que as democracias contemporâneas se manifestam por meio e através de redes midiáticas, o autor lembra que os espaços midiáticos funcionam como um “locus onde são divididas, debatidas, tensionadas e até mesmo resolvidas as diversas demandas” (STEFFEN, 2013, p. 267) do mundo presente. Silverstone (2002), por sua vez, destaca a importância da experiência que a audiência adquire a partir da mídia para a construção de um senso comum,

fundamental para a convivência nas sociedades contemporâneas. Caberia ao sistema de mídia a responsabilidade de tornar o mundo inteligível para seus habitantes, tarefa na qual o JC2E se empenha ao solicitar análises simplificadas de seus comentaristas a praticamente todas as notícias que divulga. Não foi sem razão que, dos 17 diferentes comentaristas registrados nos dois períodos deste estudo, 10 são professores do ensino superior, ou seja, são profissionais habilitados a traduzir e explicar temáticas contemporâneas.

Sistema midiático e conservadorismo

Classificar como conservador ou progressista um determinado discurso não é tarefa livre de riscos, em especial porque a chamada “nova direita brasileira” costuma se descrever como sendo “liberal na economia e conservadora nos costumes”. Para minimizar a margem de erro nesta classificação, recorreremos ao estudo em que o pesquisador Sidnei Ferreira de Vares (2016) procedeu a uma revisão bibliográfica sobre o conceito de conservadorismo. Vamos nos ater somente à primeira parte do texto, na qual o educador brasileiro percorre estudos sobre o desenvolvimento desta corrente de pensamento a partir de obras seminais publicadas na Grã-Bretanha, França e Alemanha. Vares aponta que existem pelo menos cinco interpretações a respeito do caráter (não necessariamente da origem) do conservadorismo: a aristocrática, a pragmática, a situacional, a da força do hábito e a da ideologia.

Na interpretação aristocrática, “o conservadorismo é entendido como uma doutrina de cunho reativo, expressa por uma aristocracia agrária, semifeudal e inconformada com as transformações desencadeadas pela Revolução Francesa” (VARES, 2016, p. 81). Já a leitura pragmática refere esse modo de pensar como sendo uma doutrina sem conteúdo ou princípios claramente definidos. A situacional entende que o conservadorismo reflete “a postura defensiva consciente das doutrinas políticas institucionalizadas ou de uma ordem particular, voltando-se, nesse sentido, contra esquemas políticos não institucionalizados que transcendam à realidade política do momento” (VARES, 2016, p. 82). Neste particular, o autor acentua:

Embora não possua nenhuma substância definida, esse tipo de conservadorismo manifesta-se em situações de desafio às instituições

confrontadas por ideias transcendentais, defendendo a ordem existente, seja qual for sua natureza política, contra o caos mudancista ou reformista. (VARES, 2016, p. 82)

Uma quarta interpretação, de caráter mais filosófico, entenderia o conservadorismo como algo “natural”, de onde se depreende que o sentimento conservador faria parte da própria essência da vida. Para os representantes desta tendência, o conservadorismo não é uma ideologia, pois define-se tão somente em função de hábitos e da força da experiência. A quinta interpretação já supõe o conservadorismo como uma ideologia. Em função disto, seus adeptos

[...] opõem-se a certas ideias revolucionárias baseadas tanto na perfectibilidade da espécie humana quanto na crença do triunfo da razão e no progresso em direção a uma sociedade satisfatória definitiva. Grosso modo, pode-se afirmar que, para seus representantes, o descaso revolucionário em relação à autoridade, aos privilégios, à hierarquia e às tradições soa como um grande absurdo. (VARES, 2016, p. 82).

Conforme reconhece o autor, a maior parte dos estudiosos compartilha a hipótese de que, enquanto ideologia, o conservadorismo seria uma resposta ao movimento iluminista e às mudanças promovidas pela Revolução Francesa ao romper com a estabilidade secular da monarquia, visando a configuração de uma sociedade urbano-industrial moderna.

Aos propósitos deste trabalho, vamos nos ater apenas aos traços basilares do pensamento conservador, que é se expressar de forma reativa e posicional. A reatividade diz respeito a uma reação “contra qualquer tipo de ameaça de caráter radical que ponha em risco os fundamentos institucionais da sociedade” (VARES, 2016, p. 85), uma vez que as instituições são mecanismos que garantem as estruturas de poder existentes, como o poder político, o sistema educacional, a família e as organizações sindicais, entre outras. E posicional, visto tratar-se de uma tomada de posição frente a ideologias que defendem soluções consideradas utópicas, apontando para um passado glorioso ou para um futuro incerto.

Comentários e conservadorismo

O corpus recolhido para a análise pretendida implicou em um conjunto de 56 excertos discursivos relativos a dois eixos temáticos previamente estipulados: 1) Organização política brasileira; e 2) Hábitos e costumes. Tendo em vista que buscamos considerar todas as falas como único texto discursivo, com um ano de intervalo entre eles, a estratégia que se apresentou mais apropriada foi adotar dispositivos da Análise Textual Discursiva (ATD), de perspectiva qualitativa (MORAES, 2003).

O primeiro passo da análise compreendeu a unitarização do corpus recolhido nos períodos mencionados, 2018 e 2019. A unitarização implicou na reprodução de enunciados nos quais os comentaristas se posicionaram no âmbito dos dois eixos discursivos definidos. Entendendo que no processo de “fragmentação sempre se tende a uma descontextualização” (MORAES, 2003, p.195), tomamos o cuidado de inserir, quando fosse o caso, explicações contextuais entre colchetes nas unidades de informação, bem como as iniciais dos nomes dos comentaristas, o que facilita a identificação nos enunciados.

Perfis e desequilíbrio entre sexos

No período estudado em 2018, participaram do telejornal os seguintes comentaristas: Airton Soares (AS); Celso Matsuda (CM); Eduardo Mufarrej (EM); Flávia Rahal (FR); Jaime Pinsky (JP); Joaquim Francisco (JF); Jorge da Cunha Lima (JCL); José Álvaro Moisés (JAM); José Vicente (JV); Leandro Karnal (LK); Luiz Felipe Pondé (LFP); Marcos da Costa (MC); Maristela Basso (MB); Marcelo Tas (MT); Marco Antonio Villa (MAV); Paulo Saldiva (PS); e Sandro Valentini (SV).

Em 2019, estavam presentes: Airton Soares (AS); Antonio Gois (AG); Arlene Clemesha (AC); Caio Coppolla (CC); Gaudêncio Torquato (GT); Jacqueline Quaresemin (JQ); José Álvaro Moisés (JAM); Leandro Karnal (LK); Luiz Felipe Pondé (LFP); Luiz Flávio Gomes (LFG); Luiz Philippe Orleans e Bragança (LPOB); Maristela Basso (MB); Marcelo Tas (MT); Mário Sérgio Cortella (MSC); Paulo Saldiva (PS); Ricardo Sennes (RS); e Rodrigo Prando (RP).

Como se pode observar, dos 15 comentaristas, 7 participaram de programas nos dois diferentes períodos, o que não significa que os demais tenham sido substituídos, pois há uma relativa rotatividade das pessoas que ali comparecem. Abaixo, as Tabelas 1 e 2 resumem seus perfis:

Tabela 1: Caracterização dos comentaristas 2018-2019

ANO	SEXO		IDADE	OCUPAÇÃO					
	M	F	MÉDIA	PROF.	ADV.	COM.	POL.	EMPR.	ESCR.
2018	15	2	65,5	10	3	1	1	1	1
2019	14	3	60	10	1	3	2	1	0

Fonte: Autores.

Tabela 2: Áreas de ensino dos professores comentaristas em 2018-2019

	ÁREA DE ENSINO						
	História	Sociologia	Filosofia	Direito	Medicina	Farmácia	Comunic.
2018	3	1	1	2	1	1	1
2019	3	2	2	1	1	0	1

Fonte: Autores

A Tabela 1 indica a presença predominante do sexo masculino nos dois períodos, embora tenha aumentado de 13% para 20% os lugares de fala reservados às mulheres. Mesmo podendo não ser proposital por parte dos responsáveis pelo telejornal, o domínio masculino na bancada implica, por si só, em um grau de conservadorismo, pois reproduz no ar o desequilíbrio de forças nas questões de gênero observado na sociedade brasileira.

A faixa etária média, que no ano de 2018 era de 65,5 anos, caiu para 60 anos no ano seguinte. Nos dois períodos, a ocupação profissional principal dos comentaristas era a docência no ensino superior, atividade registrada em 66% dos casos.

O ano de 2019 implicou na incorporação de dois políticos recém-eleitos, bem como na presença de três profissionais da área de Comunicação, dois a mais que no mesmo período de 2018. Em relação às áreas de ensino às quais se dedicam os professores convidados à bancada, História foi a prevalente nos dois períodos, tendo havido crescimento em Sociologia e Filosofia no ano de 2019. Entre 2018 e 2019, os

campos profissionais do Direito e da Farmácia perderam um representante, e a Comunicação manteve um único docente nos dois períodos.

A presença maciça de professores sugere que há, por parte da produção, a preocupação em acentuar o didatismo para explicar e contextualizar as notícias levadas ao ar. Afinal, tratam-se de profissionais com bagagem de conhecimento histórico e sociológico sobre temas contemporâneos, habilitados a discorrer sobre os assuntos da atualidade que caracterizam as produções jornalísticas. Por força da profissão docente, estão habituados a se expressar para o público e – de um modo geral – permanecem atualizados, tanto em relação aos costumes (cuja evolução acompanham em sala de aula) como em relação ao conhecimento que procuram passar aos seus alunos.

A presença de dois deputados federais, do PSB e PSL, aponta para uma aproximação com o Poder Legislativo, que foi renovado em 50% de seus componentes nas eleições de 2018. Em relação ao PSB, sabe-se que embora busque se apresentar como agremiação de esquerda, este partido não tem tradição de enfrentamento ou poder de mobilização junto aos movimentos sociais. O deputado do PSL, por sua vez, pertence à sigla na qual o presidente Jair Bolsonaro obteve refúgio para lançar sua candidatura ao pleito do qual saiu vitorioso. O deputado em questão é remanescente da família que governou o Brasil antes da criação da República, carregando no sobrenome a tradição da monarquia.

De mudança “radical” à “nova política”

O total 56 excertos discursivos que compôs o corpus selecionado para a análise foi agrupado nos dois eixos temáticos definidos *a priori*. Abaixo, estão transcritos os enunciados mais significativos do primeiro eixo, o da “Organização política brasileira”, nos dois períodos mencionados:

Enunciados retirados dos comentários em 2018

LK: “Estamos muito atomizados nas opções políticas [indefinição nas eleições]. Há claramente uma polarização entre Bolsonaro e Lula, não há algo no centro”.

MAV: “Essa República já deu o que tinha que dar, não é um processo eleitoral que vai resolver a crise que o país passa”.

MAV: “Não há solução enquanto não alterarmos radicalmente a estrutura da República”.

MT: “Ele [Lula] está jogando o partido no lixo. Lula é uma figura que se tornou lamentável na política brasileira”.

LFP: “O STF não é político, é judiciário, então não deveria ouvir a sociedade nem nada disso”.

PS: “É um projeto antropofágico [reforma trabalhista] e de um organismo [Congresso Nacional] que tem se esmerado em ignorar temas que envolvem a população em geral e preservar a si próprio”.

JV: “Os fundamentos da Lava Jato não podem ser um meio de alcançar um fim que seja suprimir os direitos constitucionais de qualquer cidadão”

Enunciados retirados dos comentários em 2019

CC: “Não é fácil implementar liberalismo em uma das 30 economias mais fechadas do mundo”.

CC: “O investidor vê com maus olhos um governo que investe contra as regras do mercado”.

CC: “A nova política ainda está sendo gestada, aos trancos e barrancos”.

AS: “Bolsonaro fala em democracia e liberdade [em comemoração do Dia do Exército], mas ao mesmo tempo baixa decreto onde desmantela toda estrutura de participação social na gestão pública. Acaba com conselhos de criança e adolescente, de assistência social, idoso, saúde... Foram criados para a sociedade civil se manifestar”.

MB: “O presidente Bolsonaro assumiu o país numa situação dramática [...] Cem dias parecem muito, mas pode ser pouco. Governar é difícil, é falar com velhos políticos, com novos...”

MT: “É assustador pensar que vc pode escrever algo no Tweeter e algum ministro se sentir ofendido [e abrir investigação]. Quem vai julgar?”.

LK: “[O cansaço com a ‘velha política’] geralmente faz surgir o autoritarismo”.

LPOB: “É uma reforma [da Previdência] extremamente justa. A proposta [do governo] já é branda.”

LPOB: “É uma grande infelicidade ver indivíduos como esse [Lula] aparecerem na televisão, ver canais como este dando luz a essa notícia”.

Como se observa, em 2018 os comentários apontavam o sentimento de que o modelo brasileiro de representação política havia se esgotado e que, portanto, haveria necessidade de uma profunda reforma político-partidária no país. O modelo vigente teria levado a uma polarização que fez desaparecer, do panorama eleitoral que então ia se configurando, o espaço do centro, considerado natural à mediação dos conflitos em uma sociedade democrática. Ao considerar que “Essa República já deu o que tinha que dar”, o comentarista MAV propunha “alterarmos radicalmente” o modelo político, o que implica em levantar bandeiras contrárias ao conservadorismo.

No período, observou-se ainda a condenação ao legado do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, personagem que teria contribuído para levar o país ao estado de desencanto político em que se encontrava naquele ano eleitoral. Observou-se ainda, entre os comentaristas, a crítica aos arroubos do Supremo Tribunal Federal (STF), onde alguns ministros propunham tomar decisões sob o pretexto de ouvir o clamor da sociedade. A postura apresentada é, portanto, de confronto ao STF, anticonservadora.

Já em 2019, quando o eleito Jair Bolsonaro comemorava 100 dias de governo, observou-se ênfase na defesa do liberalismo entre os comentaristas do JC2E, na expectativa de que investimentos nacionais e internacionais pudessem tirar o país da recessão em que se encontrava. A expressão “nova política”, insistentemente utilizada pelo novo presidente, é adotada por um comentarista. A adjetivação implica na crença de que um estágio da organização política (“a velha”) – associada a corrupção, vícios e descontrole no campo político – tenha sido superado pelo novo comando do país.

Aparece também uma enfática defesa do presidente Bolsonaro por parte da comentarista que avalia ter ele recebido o país “numa situação dramática” (MB). Percebe-se ainda apoio à proposta de reforma previdenciária apresentada por ele, que chega a ser considerada “extremamente justa” (LPOB) por um dos integrantes da bancada. Não se fala em redução das desigualdades sociais.

O ponto mais evidente do conservadorismo aparece na fala do representante da monarquia, eleito deputado federal, que considerou “uma infelicidade” que os meios de comunicação quisessem entrevistar o ex-presidente Lula, preso em Curitiba. Em seu comentário, LPOB não só nega ao ex-presidente o direito de se manifestar, como também retira da imprensa a possibilidade de ouvi-lo, mesmo no período pós-eleitoral. Em 2019, apesar do conservadorismo expresso nas falas de alguns comentaristas,

observa-se também, como não poderia deixar de ser em função da diversidade de públicos, alguma resistência às primeiras medidas tomadas pelo novo governo.

Do “humano e justo” à aceitação da censura

A evidência de um viés conservador mais presente em 2019 vem da contraposição da postura considerando “humano e justo” atender às demandas de movimentos ligados às questões de gênero, em 2018, à aceitação dócil do controle da circulação livre de informação pretendido pelo STF no ano seguinte. Observe-se, a seguir, os principais recortes discursivos agrupados no eixo analítico “Hábitos e costumes”:

Enunciados retirados dos comentários em 2018

LK: “Portugal está muito a frente nessas questões [lei aprovando mudança de sexo]”.

EM: “Portugal simplesmente reconhece o direito que, se eu não me identifico ou não estou no padrão de identidade, eu posso trocar o meu nome. Isso não fere o direito de ninguém. É absolutamente legal, justo e humano”.

SV: “A criança precisa ter um tempo para brincar e também para estudar. O trabalho infantil é algo que não deveria nunca ser incentivado”.

JCL: [Política de combate a drogas] “Esse consumidor, na cadeia, aí sim se transforma em bandido, em traficante. [...] Eu sou a favor de liberar e controlar [consumo das drogas]”.

Enunciados retirados dos comentários em 2019

CC: “Eu acho que o Estado que não protege não pode proibir o cidadão de tentar exercer o seu direito à legítima defesa, de proteger a si mesmo, à sua família e à sua propriedade”.

RS: “O Brasil não pode ceder um milímetro; liberdade de expressão é um pilar da democracia, com responsabilidade. [...] A forma como o Supremo agiu [ir à casa das pessoas, pegar computador] é um atentado à liberdade de expressão”.

MB: “Queremos uma sociedade onde prevalece a ofensa em nome de um princípio chamado liberdade de expressão? Alexandre de Moraes agiu certo”.

RP: “Eu discordo. Ministros são guardiões, sem serem donos da Constituição. Causou um mal estar na Corte”.

MB: “Mesmo as pessoas públicas têm o direito de não querer que falem de suas vidas privadas. Há um campo que precisa ser preservado”.

RP: “Então podemos de antemão proibir o trabalho de um historiador, de um cientista que vai biografar alguém ?”

MB: “Pode. Cada pessoa tem o direito de dizer o que ela quer que fale sobre ela ou não”.

LPOB: [Veto do presidente à propaganda do Banco do Brasil, em prol da diversidade] “É uma decisão acertada. Ele foi eleito com uma proposta conservadora, uma proposta de costume. [No Banco do Brasil] não foi feita uma limpeza, ainda, de quem pensa do modelo do governo anterior”.

LPOB: “Graças a Deus, a sociedade brasileira sobreviveu [...] e quer voltar a ter sua representatividade não só no Congresso, mas também no poder Executivo”.

LPOB: “Guerra cultural foi fomentada exatamente por um problema educacional, que promovia uma série de coisas muito na área de humanas, que nos leva a uma série de coisas que vivemos hoje: causa e consequência”.

Em relação aos hábitos e costumes, as edições do JC2E no período estudado no ano de 2018 continham comentários bem menos conservadores do que as edições pós-vitória de Bolsonaro. A aceitação da mudança de sexo em documentação pessoal, por exemplo, aprovada em Portugal, é defendida como algo “legal, justo e humano” (EM). Também em 2018 observou-se a defesa da liberação, com controle, do consumo de drogas recreativas como alternativa à política nacional antidrogas, que reconhecidamente não apresenta resultado satisfatório.

Já em 2019, observam-se comentários que fazem a defesa do porte de armas, ao estilo do presidente recém-eleito, com o argumento de que “o Estado que não protege não pode proibir” (CC). Muito embora tenha havido crítica ao fato de um ministro do STF ter proibido a divulgação de notícias que pessoalmente não lhe interessavam, configurando censura prévia aos meios de comunicação, uma das comentaristas saiu na defesa dele: “[...] mesmo as pessoas públicas têm o direito de não querer que falem de suas vidas privadas” (MB). Em sua análise, a comentarista disse que um historiador, por

exemplo, poderia ser proibido de divulgar a respeito de alguém uma informação que este alguém deseja que não se torne pública.

O ponto alto da inflexão conservadora veio mais uma vez do comentário do representante da monarquia, ao afirmar que o presidente eleito tomou decisão acertada ao proibir uma propaganda do Banco do Brasil com elenco de atores representando a diversidade cultural, étnica e sexual. Além de avaliar que o governo Bolsonaro ainda não havia feito uma necessária “limpeza” naquela instituição financeira para excluir técnicos de governos anteriores, o comentarista ainda apontou o sistema educacional como responsável por “uma série de coisas [ruins em termos de educação sexual] que vivemos hoje” (LPOB).

Em sua fala, LPOB agradece a Deus que a sociedade brasileira tenha sobrevivido ao período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder e que, agora, desejava “voltar a ter sua representatividade não só no Congresso, mas também no Poder Executivo”. O caráter reativo e posicional do comentarista soma-se à fala de MB, para quem “estamos caminhando por uma estrada onde não há mais limites”. Pelos argumentos de MB, a liberdade de expressão tem o poder de ameaçar a estabilidade social, o que justificaria a existência de censura prévia.

Considerações finais

Aos objetivos deste trabalho, o percurso adotado mostrou-se promissor para outras investigações da mesma natureza. Partimos do pressuposto de que a televisão de sinal aberto, por se dirigir a um público bastante heterogêneo, tende a incorporar um conjunto de diferentes vozes quando leva telejornais ao ar. Era de se esperar, portanto, que a chamada “onda conservadora” provocasse mudanças no plantel e/ou nos discursos presentes no programa estudado. Mesmo porque, a autoridade máxima da emissora em questão é o próprio Governo do Estado de São Paulo, para o qual, nas mesmas eleições de 2018, foi eleito o candidato que se aproximou das bandeiras conservadoras da campanha do postulante vitorioso à Presidência da República.

A adoção da Análise Textual Discursiva, como método principal de trabalho, evidenciou que no telejornal estudado já havia uma pluralidade de vozes no período pré-eleitoral, embora com viés mais progressista se comparado ao período posterior. Em

2019, quando já se faziam sentir na sociedade os efeitos da vitória do conservadorismo, surgem discursos postulando, por exemplo, o retorno à educação escolar tradicional, a permissão ao porte de armas e o recrudescimento dos mecanismos de controle da opinião para que se enfrentem as incertezas de um futuro que possa implicar na quebra de regras e valores partilhados por uma parcela da classe média brasileira.

Embora administrada por uma fundação, a emissora estudada está submetida ao controle do Governo do Estado de São Paulo, cujo titular, João Doria (PSDB), foi eleito com plataforma assumidamente conservadora, tendo abandonado o candidato de seu partido em benefício da campanha de Bolsonaro. Em maio de 2019, Doria anunciava mudanças na gestão da Fundação Padre Anchieta visando “ampliar a participação do setor privado no apoio à programação tanto da TV como da Rádio Cultura” (PORTAL DO GOVERNO, 2019), o que poderá trazer novas implicações ao formato do JC2E.

Assim como acreditam vários estudiosos da área, entendemos que a existência de comentários conservadores não transformará em conservadores os espectadores que não se alinham a esta forma de pensar. No entanto, tendem a oferecer argumentos para que se consolide, na sociedade brasileira, o quadro de polarização registrado nos últimos anos. De um lado, ficam os humanistas progressistas; de outro, os que atribuem à “falta de ordem” a existência de uma decadência moral generalizada, o aumento da criminalidade, a corrupção e a impunidade na política nacional, como apurou a pesquisa sobre o conservadorismo aqui mencionada.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016** : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>>. Acesso em: 20 set. 2018

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **O conservadorismo e as questões sociais**. 2019. Disponível em: <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/79459/1559848654Conservadorismo_pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira. In: LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 7-12.

MARINHO, Maria Helena. Pesquisa vídeo viewers: como os brasileiros estão consumindo vídeos em 2018. **Think with Google**, set. 2018. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/pesquisa-video-viewers-como-os-brasileiros-estao-consumindo-videos-em-2018/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. In: **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, 2003, p. 191-211.

PORTAL DO GOVERNO. **Governo de SP anuncia mudanças na gestão da TV Cultura**. 22 Mai 2019. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-de-sp-anuncia-mudancas-na-gestao-da-tv-cultura/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ROCHA, Simone Maria. Os estudos culturais e a análise cultural da televisão: considerações teórico-metodológicas. In: **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v.10, n.19, sem. 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

STEFFEN, César. O surgimento da midiocracia. In: **Em Questão - Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 258-274, jan./jun. 2013

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra. In: **Comunicação e Sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 94-104

VARES, Sidnei Ferreira. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20. Brasília, maio - agosto de 2016, p. 79-120.

WOLTON, Dominique. **O elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996.